

Dispositivo monogâmico e regimes de verdade: uma análise arqueológica dos discursos sobre relações afetivas no *Instagram*

The monogamic apparatus and regimes of truth: an archaeological analysis of discourses on affective relationships on Instagram

Laura Colli Gon¹

Universidade de Franca - UNIFRAN

laucgon@gmail.com

Luciana Carmona Garcia²

Universidade de Franca - UNIFRAN

luciana.garcia@unifran.edu.br

RESUMO: Este estudo realiza uma análise discursiva da monogamia cisgênero e heterossexual a partir de publicações que abordam o tema no *Instagram*. A relevância da pesquisa justifica-se pela lacuna identificada nos estudos linguístico-discursivos sobre o assunto. Partindo de estudos que questionam sua condição naturalizada, a análise procede da premissa de que a monogamia constitui uma construção social e discursiva. A pesquisa emprega o quadro teórico foucaultiano de análise discursiva, centrando-se nos conceitos de enunciado e formação discursiva, e examina materialidades discursivas selecionadas da rede social para compreender como o dispositivo monogâmico opera na contemporaneidade digital. A metodologia adota os princípios de dispersão, raridade e exterioridade propostos por Foucault, analisando publicações selecionadas entre setembro de 2023 e abril de 2024. O estudo contribui para desnaturalizar práticas afetivas contemporâneas, não para condenar configurações relacionais específicas, mas para ampliar o campo de possibilidades éticas na constituição dos afetos.

Palavras-chave: Discurso; Monogamia; Relações de poder; Arqueologia foucaultiana; *Instagram*.

ABSTRACT: This article conducts a discursive analysis of cisgender and heterosexual monogamy based on posts addressing the topic on Instagram. The relevance of the study is justified by the identified gap in linguistic/discursive research on the subject. Drawing on studies that challenge its naturalized condition, the analysis proceeds from the premise that monogamy constitutes a social and discursive construction. The research employs a Foucauldian framework of discursive analysis, focusing on the concepts of énoncé (statement) and discursive formation, and examines selected discursive materials from the social network to understand how the monogamic dispositive operates in digital contemporaneity. The methodology adopts the principles of dispersion, rarity, and exteriority proposed by Foucault, analyzing posts selected between September 2023 and April 2024. The study contributes to denaturalizing contemporary affective practices, not to condemn specific relational configurations, but to expand the field of ethical possibilities in the constitution of affects.

Keywords: Discourse; Monogamy; Power relations; Foucauldian archaeology; Instagram.

¹ Doutoranda em Linguística. Universidade de Franca - CAPES/ PROSUP- Processo: 88887.673626/2022-00.

² Professora da Universidade de Franca.

Introdução

O dispositivo monogâmico contemporâneo constitui-se como uma complexa tecnologia política que transcende a mera configuração afetiva individual, operando como um regime de verdade que naturaliza determinadas práticas, subjetividades e distribuições de poder. Sob a perspectiva arqueológica foucaultiana, este estudo propõe uma análise dos discursos que circulam no *Instagram* para evidenciar como a monogamia se estabelece não como uma articulação biológica ou essencial, mas como um construto histórico-discursivo que se cristaliza através de múltiplas camadas de enunciados, práticas de si e técnicas de subjetivação.

Diferentemente das abordagens essencialistas que reforçam a naturalização da monogamia, a presente investigação parte da problematização das evidências que sustentam o dispositivo monogâmico, interrogando os jogos de poder-saber que produzem a centralidade do par afetivo exclusivo como única configuração legítima de amor. Argumenta-se, ao longo deste texto, que a monogamia emerge historicamente não como expressão espontânea do afeto humano, mas como tecnologia de controle intrinsecamente ligada à propriedade privada, à regulação dos corpos e à distribuição assimétrica de poder entre os gêneros.

As plataformas digitais, particularmente o *Instagram*, constituem hoje espaços privilegiados para a circulação, reiteração e contestação dos discursos sobre relações afetivas. Ao analisar as materialidades discursivas que povoam esta rede social, busca-se compreender como o dispositivo monogâmico opera na contemporaneidade digital, quais formações discursivas o sustentam e quais posições de sujeito são produzidas nas dinâmicas relacionais.

Metodologicamente, este estudo mobiliza o instrumental teórico da análise arqueológica do discurso, centrando-se nos conceitos de *enunciado*, *formação discursiva* e *dispositivo* para examinar os modos como a monogamia se articula com outras formações discursivas - como o amor romântico, a exclusividade afetiva e a hierarquia relacional - na produção de um regime de verdade específico sobre os afetos. A análise privilegia não a busca por origens ou causas da monogamia, mas a descrição das condições de possibilidade que permitem a emergência e naturalização de determinados enunciados sobre as relações afetivas na contemporaneidade.

A moral monogâmica impõe-se não pela proibição explícita, mas pela produção de evidências que estreitam o campo de possibilidades afetivas, tornando certas configurações relacionais impensáveis ou ilegítimas. Esta naturalização opera por meio de técnicas de subjetivação que fazem com que os sujeitos reconheçam determinadas práticas como verdadeiras, necessárias ou inevitáveis, quando, de fato, constituem construções históricas

contingentes. Desafiar esta naturalização implica reconhecer o caráter historicamente situado da monogamia e as relações de poder que a sustentam.

Este estudo inscreve-se, portanto, em uma lacuna significativa nas pesquisas linguístico-discursivas sobre relações afetivas, buscando desnaturalizar o que se apresenta como evidente nas práticas amorosas contemporâneas. Sem pretender condenar ou endossar qualquer configuração relacional específica, a análise proposta visa contribuir para a ampliação do campo de possibilidades éticas na constituição dos afetos, revelando como aquilo que se toma como “natural” no amor resulta, na verdade, de específicas tecnologias de poder que podem ser questionadas, deslocadas e reconfiguradas.

Tendo estabelecido o escopo geral da investigação, passamos agora a examinar mais detalhadamente as condições históricas que possibilitaram a emergência do dispositivo monogâmico.

1. Condições de emergência do dispositivo monogâmico

A naturalização da monogamia como característica “natural ao ser humano” constitui um dos enunciados mais recorrentes no campo discursivo das relações afetivas. Esta suposta evidência, contudo, pode ser problematizada a partir de uma análise arqueológica que busque não sua origem ou essência, mas as condições históricas que possibilitaram sua emergência e naturalização.

Diversos estudos no campo da biologia evolutiva têm questionado essa naturalização ao demonstrar que não há evidências concretas, provenientes da biologia, da primatologia ou da antropologia, que sustentem a ideia de que a monogamia seja uma característica “natural” da espécie humana. Ao contrário, múltiplos indicativos sugerem que, historicamente, os seres humanos tendem a estabelecer vínculos sexuais com mais de uma pessoa, revelando que “a espécie humana é preferencial e biologicamente poliginica³, mas também predominantemente monógama e – quando as condições são favoráveis – intensamente adúltera” (Barash; Lipton, 2022, p. 269).

Na perspectiva foucaultiana, podemos compreender a monogamia não como uma verdade descoberta, mas como um regime de verdade produzido por meio de jogos de poder-

³ Espécie poliginica é aquela em que um único macho se reproduz com múltiplas fêmeas durante o mesmo período reprodutivo, sendo caracterizada por competição entre machos e dimorfismo sexual, com machos frequentemente maiores ou ornamentados.

saber que constituem modos específicos de subjetivação (Foucault, 2016). O que se apresenta como “natural” ou “normal” nas relações afetivas revela-se, sob esse olhar arqueológico, um dispositivo histórico - essa “rede que se estabelece entre elementos heterogêneos: discursos, instituições, arquitetura, regulamentos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (Foucault, 1979, p. 244).

É significativo observar como o adultério masculino é, em muitas sociedades, justificado ou tolerado com base em discursos biológicos, políticos e sociais. Esta assimetria revela não uma verdade biológica ou natural, mas um dispositivo de poder-saber que estabelece diferentes posições de sujeito para homens e mulheres no campo da sexualidade, entendendo-se como tecnologias de dominação que operam diferentemente sobre corpos femininos e masculinos (Foucault, 2023a).

Para além da dimensão biológica, é fundamental examinar o sistema monogâmico sob uma perspectiva arqueológica que privilegie a análise das práticas discursivas que constituíram historicamente a família como instituição social. A emergência das famílias sindiásmicas⁴ marca as condições de possibilidade da monogamia, um arranjo em que, como demonstra Engels (2016), a fidelidade feminina era rigidamente imposta, com punições severas em casos de adultério, evidenciando não uma diferença natural, mas uma tecnologia de poder que operava diferentemente sobre corpos femininos e masculinos.

A monogamia emerge, assim, como um dispositivo fundamental no surgimento do que se convencionou chamar de civilização. Como afirma Engels:

A monogamia não aparece na história, portanto, absolutamente, como uma reconciliação entre o homem e a mulher e, menos ainda, como a forma mais elevada de matrimônio. Pelo contrário, ela surge sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, na pré-história (Engels, 2016, p. 70).

As condições de emergência da monogamia, portanto, não estão relacionadas ao ideal do amor romântico como a narrativa romantizada o constrói na memória discursiva, tampouco com a biologia da espécie humana; na verdade, constitui-se como dispositivo de controle e dominação nas relações de poder-saber que, como analisa Foucault (2008), não apenas representam, mas (re)produzem realidades e subjetividades específicas.

⁴ Família sindiásmica é um tipo de organização familiar surgida entre a selvageria e a barbárie, caracterizada pela união de um homem com uma mulher, permitindo a poligamia masculina, mas exigindo fidelidade feminina, onde os filhos pertencem à linhagem materna.

2. O casamento como dispositivo de regularização das práticas afetivas

A estrutura monogâmica se alicerça, conforme argumenta Vasallo (2022), em uma configuração tripartite que opera como instância verificadora de verdade: a interconexão entre sentimento amoroso, unidade do casal e exclusividade heteronormativa voltada à reprodução. Esta composição discursiva institui um domínio de validação no qual o afeto emerge como componente justificador, ainda que, nos primórdios constitutivos das estruturas familiares monogâmicas, tal dimensão sentimental não estivesse fundamentalmente vinculada à restrição relacional.

Foucault (2023a) nos permite contestar esta aparente naturalidade ao investigar as práticas existenciais na Era Greco-Romana. O pensador identifica múltiplas técnicas de constituição subjetiva relacionadas às experiências prazerosas que viabilizavam uma vivência ética não fundamentada em códigos universais ou normalização disciplinar. Naquele contexto histórico-cultural, inexistia a noção contemporânea de “sexualidade”, tampouco a concepção de “carne” como elemento culpabilizador moral. Em contraste, existiam os *aphrodisia* – conjunto de condutas, atos e gestos vinculados às experiências prazerosas que compunham um território de problematização ética distinto do aparato contemporâneo da sexualidade.

Os *aphrodisia* constituíam objeto de exame e questionamento ético, mas é essencial compreendê-los dentro das configurações verificadoras de sua temporalidade. A estrutura moral apresentava complexidade que transcendia a mera interdição: funcionava simultaneamente como matriz interpretativa orientadora de instituições sociais basilares e como campo dinâmico em relação às condutas efetivas dos sujeitos, que poderiam assimilar, adaptar, contrapor ou reinterpretar tais princípios. Esta dimensão pragmática, envolvendo a interrelação entre sujeitos e normativas, constitui o que Foucault (2023a) denomina “moralidade dos comportamentos”, evidenciando que a moral não atua apenas como código extrínseco, mas como prática constitutiva na formação das subjetividades.

Foucault (2023a) sustenta que, embora todo sistema moral vise influenciar a produção subjetiva e direcionar comportamentos, estes elementos não se encontram completamente dissociados. A moral funciona como estrutura normativa que procura orientar ações dentro de uma configuração social específica e, simultaneamente, atua na constituição dos processos de subjetivação, influenciando como os indivíduos se reconhecem e se posicionam socialmente.

Esta relação, contudo, não se apresenta estática ou unilateral; existe uma constante tensão entre as tecnologias de dominação e as tecnologias de si. Esta relativa autonomia entre a regulamentação comportamental e a formação subjetiva possibilita que os sujeitos negociem,

contestem ou subvertam as normativas estabelecidas, demonstrando a complexidade das práticas de liberdade no interior mesmo dos dispositivos de poder.

Em determinados contextos históricos, a ênfase recaía sobre os códigos comportamentais. Nesse enquadramento, como analisa Foucault (2023a), o processo de subjetivação ocorria predominantemente pela obediência às legislações, visando evitar infrações e consequentes sanções. Em contrapartida, existiam éticas cujo foco não residia no código, mas nas práticas de si e nos modos de subjetivação orientados para a elaboração de uma existência ética. Os *aphrodisia*, portanto, relacionavam-se mais à criação de uma arte existencial do que à submissão a preceitos universais, visto que remetiam ao modo como cada sujeito estabelecia sua relação com as experiências prazerosas, às escolhas realizadas nesse domínio e à valoração atribuída a essas práticas na elaboração de sua postura ética.

Na interpretação foucaultiana da Retórica aristotélica e dos diálogos platônicos, compreende-se que a moral dos *aphrodisia* poderia ser problematizada a partir da noção de *physis* – uma ordem natural na qual a atividade sexual se inscrevia como potência não intrinsecamente negativa. Reencontramos, aqui, a perspectiva de Barash e Lipton (2022) sobre a monogamia, permitindo-nos afirmar que o pertencente à *physis* é a atividade sexual em si, enquanto a exclusividade monogâmica constitui uma construção histórico-discursiva.

É fundamental destacar que se tratava de “uma moral de homens, feita pelos e para os homens” (Foucault, 2023a, p. 60). Esta ética, elaborada em uma sociedade profundamente hierarquizada, abordava as experiências prazerosas a partir de uma problematização moral que não as condenava intrinsecamente. Nem o ato sexual nem o prazer eram considerados males em si mesmos; pelo contrário, a sexualidade era compreendida como fenômeno natural cuja função transcendia o prazer, vinculando-se à reprodução e à continuidade da espécie. Esta moral naturalizava a sexualidade e a valorizava como elemento vital, distanciando-se da visão repressiva que se constituiria posteriormente no dispositivo da sexualidade.

As análises de Candiotto (2015) sobre o curso *Subjectivité et vérité* são particularmente esclarecedoras. Para ele, a problematização ética dos *aphrodisia* resultou, inicialmente, na classificação das condutas sexuais em aceitáveis ou inaceitáveis, baseada na distinção entre igualdade e diferença na interação social e, posteriormente, na constituição do matrimônio como tecnologia privilegiada de igualdade relacional.

Candiotto (2015) argumenta que, para Foucault, o deslocamento histórico que conduziu dos *aphrodisia* ao matrimônio caracteriza-se pela intensificação dos discursos normativos sobre a sexualidade e o casamento. Esses discursos, embora se apresentassem como representações da verdade, frequentemente divergiam das práticas e experiências efetivas dos sujeitos. Nesse

processo de intensificação discursiva, as normas de conduta estabeleceram a restrição do sexo aos fins reprodutivos, legitimando-o exclusivamente no interior do matrimônio. Na condição matrimonial, as posições de sujeito do homem e da mulher reconfiguraram-se para incluir uma ética de mútuo afeto e *phylia*, visando promover a longevidade e fortalecer a conjugalidade. Esta transformação resultou em uma nova economia dos prazeres, destacando a importância da fidelidade como prática de si na constituição da relação duradoura

3. Produção e governo das conjugalidades: o dispositivo da exclusividade afetiva

Após examinar o casamento como dispositivo de regularização, é necessário compreender como esse arranjo se desdobra em práticas específicas de exclusividade afetiva na contemporaneidade. Foucault (2023b) identifica que a transformação nas práticas matrimoniais e a reconfiguração dos papéis políticos possibilitaram novas formas de problematização ética, constituindo diferentes modalidades relacionais. Veyne (2009) observa que a concepção matrimonial transcende a função procriativa, estabelecendo um vínculo entre sujeitos racionais, aproximando-se da *phylia*. Esta nova configuração moral não desmantelou instituições vigentes, mas lhes proporcionou fundamentação racional, permitindo a emergência discursiva da “união feliz” como ideal.

No contexto histórico greco-romano, a situação feminina atingiu maior autonomia, com o matrimônio formulado como aliança baseada em consentimento mútuo, apesar da persistência de assimetrias. Como afirma Foucault, “o casamento seria cada vez mais geral enquanto prática, mais público enquanto instituição, mais privado enquanto modo de existência” (Foucault, 2023b, p. 84), tornando-se eficaz no isolamento do casal em relação a outras conexões sociais.

Vasallo (2022) problematiza este isolamento da díade monogâmica, identificando-o como efeito de uma estruturação social que privilegia a relação binária em detrimento de outras formas vinculares. Este encapsulamento reforça a expectativa de que o parceiro deve atender integralmente às necessidades do outro, potencialmente gerando interdependência excessiva e secundarizando vínculos não-românticos. A autora argumenta que a monogamia não se caracteriza pela ausência de outras conexões afetivas, mas pela construção discursiva de uma hierarquia que posiciona a díade como formato privilegiado, onde “o amor autêntico, recordemos, implica em exclusividade” (Vasallo, 2022, p. 33).

A monogamia, portanto, opera através de uma estratificação afetiva em que outras relações, embora significativas, são subordinadas ao vínculo erótico-afetivo central. “A

exclusividade sexual é um compromisso simbólico, é o pagamento que se faz para adquirir essa legitimidade” (Vasallo, 2022, p. 36), servindo como marcador hierárquico que legitima socialmente determinada configuração relacional.

Para analisar estas materialidades discursivas no *Instagram*, recorreremos aos conceitos foucaultianos de *enunciado* e *formação discursiva*. O *enunciado* constitui-se não como estrutura linguística, mas como “função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos” (Foucault, 2008, p. 103), transcendendo a dimensão gramatical para configurar-se como acontecimento discursivo na intersecção entre linguagem, saber e poder. A *formação discursiva*, por sua vez, estabelece as condições de possibilidade para a existência de discursos sobre determinado tema em específico contexto histórico, regulamentando o que pode e deve ser dito em determinadas condições.

O enunciado, na concepção foucaultiana, distingue-se da frase, da proposição ou do ato linguístico, não seguindo as mesmas diretrizes estruturais, tampouco configurando-se como entidade material de limites precisos. Em sua especificidade (nem puramente linguística, nem exclusivamente material), o enunciado exerce uma função existencial que determina as condições de possibilidade para frases, proposições ou atos linguísticos, permitindo avaliar sua aceitabilidade, interpretabilidade ou validação dentro de um campo discursivo.

O enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles "fazem sentido" ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita). Não há razão para espanto por não se ter podido encontrar para o enunciado critérios estruturais de unidade; é que ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço (Foucault, 2008, p. 103).

Depreende-se, assim, que o enunciado transcende a dimensão gramatical ou linguística, constituindo-se como acontecimento discursivo, como função existente na intersecção entre linguagem, saber e poder, fazendo emergir objetos, posições de sujeitos, conceitos e estratégias em um campo de possibilidades historicamente determinado.

Quanto à formação discursiva, Foucault (2008) a concebe como sistema de dispersão entre enunciados, como conjunto de regulamentações anônimas e históricas que governam a produção, circulação e funcionamento dos enunciados em determinado campo do saber. Em outros termos, a formação discursiva estabelece as condições de possibilidade para a existência de discursos sobre um dado tema em uma determinada época.

Como esclarece Foucault:

Descrever enunciados, descrever a função enunciativa de que são portadores, analisar as condições nas quais se exerce essa função, percorrer os diferentes domínios que ela pressupõe e a maneira pela qual se articulam é tentar revelar o que se poderá individualizar como formação discursiva, ou, ainda, a mesma coisa, porém na direção inversa: a formação discursiva é o sistema enunciativo geral ao qual obedece um grupo de performances verbais - sistema que não o rege sozinho, já que ele obedece, ainda, e segundo suas outras dimensões, aos sistemas lógico, linguístico, psicológico (Foucault, 2008, p. 136).

Em síntese, uma formação discursiva constitui-se como conjunto de práticas discursivas que regulamenta a produção de enunciados em um dado campo de saber, formando uma rede complexa de relações entre saber e poder. Ela explicita como certos discursos se tornam possíveis e predominantes em determinadas épocas e conjunturas históricas, enquanto outros são relegados ao silenciamento, à marginalidade ou à impossibilidade enunciativa.

Munidos destes conceitos fundamentais, passaremos à análise arqueológica das materialidades discursivas coletadas no *Instagram*, buscando compreender como se configura o dispositivo monogâmico na contemporaneidade digital, quais formações discursivas o sustentam e quais posições de sujeito ele produz nas relações afetivas mediadas pelas redes sociais.

4. Arqueologia do discurso e a constituição do *corpus*

Para operacionalizar a análise proposta, adotamos uma perspectiva metodológica fundamentada na arqueologia foucaultiana, que propõe não a busca por origens ou causalidades, mas a descrição das condições de existência dos discursos. Como afirma Foucault (2008), a arqueologia não busca reconstruir o que foi pensado, desejado ou experimentado pelos homens quando proferiram seus discursos; ela não é interpretativa, mas sim descritiva das regras que tornaram possível a emergência de certos enunciados em determinado momento histórico.

A constituição do *corpus* segue os princípios de dispersão, raridade e exterioridade propostos por Foucault (2008). O princípio de dispersão nos orienta a não buscar uma continuidade linear nos discursos, mas a identificar sua descontinuidade e as rupturas que os caracterizam. O princípio de raridade nos leva a considerar que nem tudo pode ser dito a qualquer momento, havendo regras que determinam o que pode ser enunciado. Por fim, o princípio de exterioridade nos direciona para as condições externas de possibilidade dos discursos, ou seja, para as práticas sociais que os constituem.

Para a constituição do *corpus*, selecionamos materialidades discursivas que circulam no *Instagram*, por ser esta uma plataforma de grande alcance social na contemporaneidade e um espaço privilegiado de difusão de discursos sobre relacionamentos afetivos. Foram selecionadas publicações no período de setembro de 2023 a abril de 2024, utilizando como critérios de busca: (1) Perfis com temáticas relacionadas a relacionamentos; (2) Publicações que abordassem direta ou indiretamente a monogamia; (3) Materialidades que apresentassem interações discursivas entre usuários sobre relações afetivas.

A escolha do *Instagram* como plataforma para análise justifica-se por: (1) é uma das redes sociais com maior crescimento e engajamento entre usuários jovens e adultos, representando um espaço privilegiado para a circulação de discursos contemporâneos sobre relacionamentos; (2) sua interface prioritariamente visual, complementada por textos, facilita a identificação de materialidades discursivas que articulam imagem e palavra na construção de sentidos sobre relações afetivas; (3) a dinâmica de interação através de comentários permite observar a recepção e contestação desses discursos em tempo real; e (4) a presença significativa de páginas e perfis dedicados a relacionamentos amorosos torna o *Instagram* um suporte de um *corpus* particularmente rico para a análise proposta. Ademais, diferentemente de plataformas como *Twitter/X*, que privilegia textos curtos, ou *TikTok*, que prioriza vídeos, o *Instagram* permite uma combinação de formatos que reflete mais amplamente as múltiplas camadas do dispositivo monogâmico na cultura digital.

O recorte temporal de aproximadamente sete meses foi estabelecido para captarmos a regularidade discursiva que caracteriza as formações discursivas sobre a monogamia na atualidade. Dentre as diversas publicações encontradas, selecionamos para análise duas materialidades específicas que exemplificam o funcionamento do dispositivo monogâmico nas redes sociais: A primeira materialidade, publicada em 23/09/2023 pela página @snaomono, consiste em um recorte de conversação da rede social *X* (antigo *Twitter*) que problematiza a relação entre namoro e amizade no contexto monogâmico. A segunda materialidade, publicada em 14/04/2024 pela página @perrengue_chique, apresenta um diálogo que evidencia relações de poder e exclusividade no relacionamento amoroso.

A análise das materialidades selecionadas segue as etapas propostas por Foucault (2008) para a descrição arqueológica dos discursos: (1) Identificação dos enunciados em sua função enunciativa, considerando não apenas o que é dito, mas as condições que possibilitam seu aparecimento; (2) Descrição das formações discursivas, compreendidas como sistemas de dispersão entre enunciados que obedecem a determinadas regras de formação; (3) Análise das relações entre os enunciados e as formações discursivas que constituem o dispositivo

monogâmico; (4) Descrição das relações de poder que se estabelecem por meio desses discursos, considerando que, para Foucault (1979), os discursos não apenas representam, mas produzem realidades.

Não pretendemos, com esta análise, esgotar os sentidos das materialidades discursivas selecionadas, mas sim, como propõe Foucault (2008), fazer aparecer, em sua pureza, o espaço em que se desenvolvem os acontecimentos discursivos.

5 Análise das materialidades discursivas: a monogamia no *Instagram*

Com o aparato teórico-metodológico delineado, direcionamos agora nossa atenção às materialidades específicas coletadas no *Instagram*, analisando-as em sua singularidade e em suas relações com o dispositivo monogâmico mais amplo.

5.1. “Quem larga amizade por causa de namoro é oq?”: a metáfora do elefante monogâmico

Seguindo a metodologia arqueológica anteriormente delineada, passamos agora à análise da primeira materialidade discursiva selecionada. A imagem a seguir é uma publicação do dia 23/09/2023 feita pela página @snaomono, sendo ela um recorte de um *thread*⁵ da rede social *X* (antigo *Twitter*). Na imagem, o usuário *Inseguranças* pergunta “quem larga amizade por causa de namoro é oq?”, e a resposta publicada pelo usuário *soluções não monogamicas* é “Monogâmico”.

⁵ *Thread* significa fio, em inglês e é como são chamadas as histórias contatadas por vários tweets em sequência, podendo ser eles da mesma pessoa contando uma história longa (uma vez que as publicações têm limites de caracteres), ou uma conversa entre duas ou mais pessoas.

Imagem 1 - Publicação da página
@snaomono de 23/09/2023



Fonte: *Instagram*.

Conforme os princípios de dispersão e exterioridade propostos por Foucault (2008), analisaremos este enunciado não como expressão individual isolada, mas como parte de uma formação discursiva mais ampla. A análise do diálogo “Quem larga amizade por causa de namoro é oq? / Monogâmico”, publicado na postagem do *Instagram*, revela profundas camadas de significação quando examinado à luz da obra *Subjetividade e Verdade* (2016), de Michel Foucault.

A metáfora do elefante, desenvolvida pelo autor neste curso, oferece uma chave interpretativa fundamental para compreendermos como a moral monogâmica se impõe como verdade inquestionável no contemporâneo. O autor explica que “o elefante é pesado, maciço, difícil de mover; assim é a moral sexual ocidental, que se impõe como evidência inquestionável” (Foucault, 2016, p. 211), imagem que nos permite entender a força normativa da resposta “monogâmico” como naturalização de um regime específico de verdade sobre os afetos.

A materialidade discursiva em análise demonstra como o dispositivo monogâmico opera não através da proibição explícita, mas pela produção de subjetividades que internalizam a exclusividade afetiva como única forma legítima de relação. Esta dinâmica mobiliza o que Pêcheux (1997) denomina pré-construído, ou seja, elementos que “correspondem ao ‘sempre-já-ai’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade” (Pêcheux, 1997, p. 164).

O enunciado “monogâmico” funciona, portanto, como um pré-construído que naturaliza a exclusividade afetiva e a priorização do namoro como comportamentos inatos, não como construções históricas. Como argumenta Foucault, “a moral do elefante não proíbe, antes produz

verdades - ela não diz ‘não faça’, mas ‘isto é o que és’” (Foucault, 2016, p. 215). Nesse sentido, a resposta “monogâmico” não se limita a descrever um comportamento, mas performa uma verdade sobre o que significa amar corretamente, constituindo o sujeito que prioriza o namoro em detrimento de amizades como o sujeito normalizado. Essa dinâmica se articula com o que Lins (2017) identifica como características do amor romântico, quando “você idealiza a pessoa amada e projeta tudo o que gostaria que ela fosse” (Lins, 2017, p. 23), criando expectativas que reforçam a centralidade do par amoroso.

A força do elefante monogâmico reside precisamente em sua capacidade de fazer com que o abandono de amizades seja percebido como consequência natural do namoro, e não como uma escolha entre outras possíveis configurações afetivas. Foucault esclarece que “o elefante não precisa esmagar ativamente - seu simples estar já é suficiente para delimitar os caminhos possíveis” (Foucault, 2016, p. 218), o que explica por que a hierarquia relacional que privilegia o casal em detrimento de outras relações é tão raramente questionada. A análise é complementada pela afirmação de que “o que define a monogamia não é a exclusividade, mas a importância do casal frente às amantes ou aos outros amores” (Vasallo, 2022, p. 36), demonstrando como o dispositivo opera através de uma lógica de priorização e não apenas de interdição.

Esse processo de subjetivação pode ser melhor compreendido através do conceito foucaultiano de “práticas de si”. Foucault (2016) explica que a subjetivação acontece quando o sujeito se apropria das normas éticas e as converte em fundamentos que orientam seu comportamento, o que nos permite entender como a pessoa que “larga amizades” não está simplesmente obedecendo a uma norma externa, mas constituindo a si mesma como sujeito ético dentro de um regime específico de verdade. Esse movimento é particularmente visível nas redes sociais, em que “os enunciados não são, como o ar que respiramos, uma transparência infinita; mas sim coisas que se transmitem e se conservam, que têm um valor” (Foucault, 2008, p. 141), sendo constantemente reproduzidos e reforçados por meio de postagens como a analisada.

A análise revela ainda como se configura a formação discursiva que sustenta o dispositivo monogâmico. Para Foucault, a formação discursiva é “o sistema enunciativo geral ao qual obedece a um grupo de performances verbais” (Foucault, 2008, p. 136), sistema que determina o que pode e deve ser dito em determinada conjuntura. No diálogo analisado, identificamos uma formação discursiva monogâmica que estabelece como “evidência natural” a centralidade do relacionamento amoroso exclusivo. Esta formação discursiva incorpora e articula diversos enunciados aparentemente dispersos: a biologização do comportamento monogâmico (Barash; Lipton, 2022), a idealização do amor romântico (Lins, 2017), a institucionalização do casamento

heterossexual (Engels, 2016) e a hierarquização das relações afetivas (Vasallo, 2022). Tais enunciados, reunidos em uma mesma formação discursiva, operam os “jogos de verdade” que, segundo Foucault, constituem “o conjunto de procedimentos que permitem pronunciar, a cada instante, enunciados que serão considerados verdadeiros” (Foucault, 2016, p. 224). Esses jogos estabelecem que o amor romântico deve ser necessariamente exclusivo e prioritário em relação a outros vínculos.

A resposta “monogâmico” ao questionamento sobre abandonar amigos por causa de namoro evidencia ainda o que Chaves (2021) identifica, a partir de Foucault, como a “invenção do casal”, ou seja, a construção histórica de uma unidade afetiva privilegiada que se torna o centro da existência relacional dos sujeitos. Segundo o autor, “o casal não é uma realidade natural, mas uma construção discursiva que se impõe como verdade às subjetividades contemporâneas” (Chaves, 2021, p. 22). Essa construção é sustentada pelo que Candiottto (2015) identifica como “a intensificação dos discursos normativos sobre a sexualidade e o casamento” (Candiottto, 2015, p. 352) que, embora se apresentem como representações da verdade, frequentemente se distanciam das práticas e experiências reais dos indivíduos.

A metáfora do elefante nos alerta ainda para o caráter histórico e mutável dessa moral monogâmica que hoje nos parece tão evidente, advertindo que “o que nos parece evidente hoje - como a centralidade do casal amoroso - é resultado de específicas formações discursivas, não da natureza humana” (Foucault, 2016, p. 231), perspectiva que nos permite desnaturalizar a resposta “monogâmico” e questionar os regimes de verdade que ela sustenta. Barash e Lipton (2022) corroboram esta visão ao afirmarem que “não há evidências concretas provenientes da biologia, da primatologia ou da antropologia que sustentem a ideia de que a monogamia seja uma característica ‘natural’ ou ‘normal’ da espécie humana” (Barash; Lipton, 2022, p. 269). De fato, “o poder do elefante está em fazer-nos esquecer que ele foi um dia colocado ali - e que poderia ser movido” (Foucault, 2016, p. 245), lembrança crucial para uma análise crítica que pretende desestabilizar as evidências que sustentam o dispositivo monogâmico contemporâneo, especialmente em sua circulação nas redes sociais.

Enquanto a primeira materialidade analisada evidencia como o dispositivo monogâmico opera na hierarquização das relações afetivas, a segunda materialidade, apresentada a seguir, permite examinar mais detalhadamente as relações de poder e propriedade que se estabelecem nos relacionamentos monogâmicos. Neste sentido, observa-se um deslocamento do discurso sobre a exclusividade para o discurso sobre a posse, ambos constituintes do mesmo dispositivo de poder.

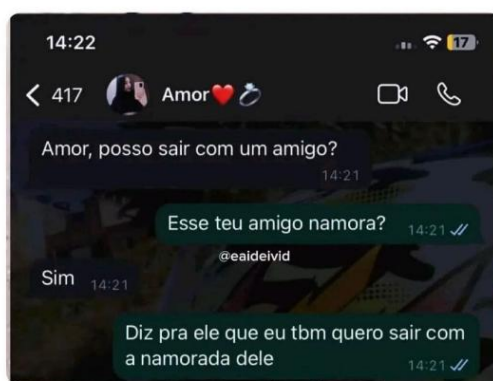
5.2. “Amor, posso sair com um amigo?”: relações de poder e propriedade

Esta transição discursiva da hierarquização para a propriedade manifesta-se claramente em nossa segunda materialidade. Trata-se de uma publicação da página do usuário *@perrengue_chique* do dia 14/04/2024. Nela, há um registro de tela de uma conversa do aplicativo de mensagens *WhatsApp* na qual se vê a foto de uma menina, seguida do nome “Amor”, que identifica com quem se conversa, seguido de dois *emojis*, um de coração e um de anel. Ao lado esquerdo, aparecem as mensagens que são recebidas e, ao lado direito, as respostas do usuário do *WhatsApp*, que recebeu as mensagens. O diálogo se inicia com a mensagem recebida e segue: “Amor, posso sair com um amigo?”, “Esse teu amigo namora?”, “Sim”, “Diz para ele que eu tbm quero sair com a namorada dele”. Em cima do recorte do print inscreve-se uma materialidade verbal em forma de pergunta: *Ele está certo ou errado?*.

Imagem 2 - Publicação da página *@perrengue_chique* de 14/04/2024



Ele tá certo ou errado?



Fonte: *Instagram*.

A página *@perrengue_chique* mobiliza o pré-construído que se manifesta na naturalização do relacionamento heterossexual e monogâmico, evidenciado pela formulação da pergunta “ele está certo?”, que já pressupõe uma série de normas sobre como um relacionamento deve funcionar.

Este pré-construído retoma o que Chaves (2021), a partir de Foucault, identifica como um processo histórico de subjetivação que constitui o par amoroso como uma unidade social privilegiada. Como explica o autor, “o casal heterossexual monogâmico é apresentado como

natural e evidente, quando na verdade resulta de complexas tecnologias de subjetivação que se desenvolveram ao longo de séculos” (Chaves, 2021, p. 17). Esta perspectiva desnaturaliza o que a postagem apresenta como óbvio: a necessidade de exclusividade e o direito ao controle.

A formação discursiva da posse se evidencia no enunciado “Amor, posso sair com um amigo?”, em que a mulher solicita permissão ao parceiro. Este enunciado não é apenas uma pergunta inocente, mas reflete o que Foucault descreve como “técnicas de si inseridas em jogos de verdade” (Foucault, 2016, p. 307). Segundo ele, estas técnicas fazem com que o sujeito se reconheça como alguém que precisa de autorização para exercer sua autonomia, constituindo-se como “sujeito moral de suas próprias ações” (Foucault, 2016, p. 309).

A relação de poder manifesta-se não apenas na pergunta da mulher, mas também na resposta imperativa do homem: “Diz para ele que eu tbm quero sair com a namorada dele”. Este enunciado revela a operação do que Foucault denomina *dispositivo de sexualidade*, que regula os corpos e seus desejos. Como explica Candiottto (2015), as normas que definem os sujeitos do desejo foram internalizadas de tal maneira que, atualmente, não apenas realizam o que é esperado, mas também desejam cumprir com as obrigações estabelecidas. Assim, o homem não apenas controla a parceira, mas espera que ela reproduza seu discurso de dominação.

O ciúme expresso na resposta do namorado opera como um mecanismo de controle que, longe de ser meramente emocional, tem função política. Foucault (2016) analisa como as relações de poder exercidas sobre o parceiro constituem uma forma de governo dos outros que passa pelo governo de si. O ciúme, portanto, não é apenas uma reação individual, mas um elemento de um regime de verdade que estabelece a exclusividade como condição para o amor.

Esta lógica de exclusividade é contestada por Barash e Lipton (2022) quando afirmam que não existem evidências concretas oriundas da biologia, da primatologia ou da antropologia que respaldem a noção de que a monogamia constitui uma característica intrínseca ou habitual da espécie humana. O diálogo analisado revela precisamente como esta construção social é naturalizada e performada cotidianamente.

A materialidade discursiva evidencia, ainda, uma dupla relação de poder: a assimetria homem-mulher e a simetria homem-homem. Na primeira, observamos a subordinação feminina através do pedido de permissão (“posso”) e da expectativa de obediência à ordem masculina (“diz”). Esta dinâmica remete ao que Engels (2016) identificou como as condições de emergência da monogamia, afirmando que esta não se manifesta historicamente como uma mera reconciliação entre os gêneros masculino e feminino, tampouco é considerada a forma mais elevada de matrimônio. Ao contrário, ela se apresenta como uma imposição de subordinação de um sexo em relação ao outro.

Em contrapartida à assimetria de gênero observada acima, na relação homem-homem estabelece-se um pacto implícito de igualdade através da proposta de reciprocidade (“eu tbm quero sair com a namorada dele”). Este enunciado revela o que Chaves (2021) identifica como o código do trato homossocial, em que as mulheres figuram como objetos de troca simbólica entre homens. A mulher é posicionada não como sujeito autônomo, mas como extensão da propriedade masculina, refletindo o que Vasallo (2022) descreve como a hierarquia de uns afetos sobre os outros.

A pergunta que se sobrepõe ao diálogo do *WhatsApp* e tematiza a postagem do *Instagram* “Ele está certo ou errado” mobiliza ainda outra dimensão do dispositivo monogâmico: a validação social das normas de relacionamento. Ao solicitar o engajamento dos usuários, a publicação convida à reprodução de enunciados que, independentemente de concordarem ou discordarem, reforçam o regime de verdade que estabelece o casal monogâmico como unidade central da organização afetiva. Como aponta Foucault (2008), os enunciados não são transparentes, são valores que se transmitem e se conservam.

A análise desta materialidade discursiva, portanto, demonstra como os conceitos de pré-construído, enunciado e formação discursiva operam na construção e naturalização do dispositivo monogâmico nas redes sociais. Mais do que simples expressões individuais, os diálogos analisados revelam as estruturas de poder que regulam as relações amorosas, posicionando os sujeitos em lugares específicos e naturalizando relações de dominação. Como sintetiza Chaves, “o casal não é meramente uma configuração afetiva, mas uma tecnologia política que ordena corpos, desejos e subjetividades” (Chaves, 2021, p. 28), perspectiva que nos permite desnaturalizar o que a materialidade discursiva apresenta como evidente e interrogar os regimes de verdade que sustentam nossas práticas amorosas contemporâneas.

Tomadas em conjunto, as análises das duas materialidades discursivas presentes no *Instagram* revelam aspectos complementares do dispositivo monogâmico: a primeira evidenciando a hierarquização das relações (priorizando o namoro em detrimento da amizade), e a segunda demonstrando as relações de poder e propriedade que se estabelecem entre os parceiros. Ambas as materialidades, em sua aparente simplicidade, mobilizam complexas formações discursivas que naturalizam a monogamia como único modelo legítimo de relação afetiva. A presença constante desses discursos nas redes sociais não apenas reflete, mas também reforça e perpetua regimes de verdade sobre as relações amorosas, constituindo subjetividades e modos de vida específicos, marcados pela exclusividade e pela assimetria de poder.

6. Conclusão

Diante das análises empreendidas, podemos compreender que o dispositivo monogâmico opera como um complexo mecanismo de poder-saber que não apenas regula as práticas afetivas, mas constitui determinados modos de subjetivação. À luz da perspectiva foucaultiana, compreendemos que a monogamia não é um fenômeno natural ou uma essência humana, mas um regime de verdade historicamente constituído, que se naturaliza por meio de técnicas de si e jogos de verdade que moldam nossas formas de experimentar e conceber o amor.

A metáfora do elefante, apresentada por Foucault em "Subjetividade e Verdade", demonstra como a moral monogâmica se impõe não pela força da proibição, mas pela naturalização de uma verdade que delimita os caminhos possíveis para as relações afetivas. O que nos parece evidente e inquestionável - como a centralidade do casal e a exclusividade afetiva - revela-se, na verdade, resultado de específicas formações discursivas que constituem um dispositivo político de controle dos corpos e dos afetos.

Nas materialidades analisadas, observamos como o *Instagram* funciona como espaço privilegiado de circulação e reforço desses discursos, em que os enunciados se transmitem e se conservam, produzindo efeitos de verdade. A formação discursiva monogâmica articula-se com diversas outras, como a do amor romântico, a do casamento, a da exclusividade e a da posse, constituindo uma rede discursiva que atua na produção de sujeitos específicos: o namorado ciumento, a namorada que pede permissão, o amigo que "larga amizades" ao iniciar um relacionamento.

O que Chaves identifica como a "invenção do casal" - essa construção histórica de uma unidade afetiva privilegiada que se torna o centro da existência relacional - revela-se um processo de subjetivação que constitui não apenas formas de relacionamento, mas modos de existência. Compreendemos, assim, que o casal monogâmico não é uma realidade natural, mas uma tecnologia política que ordena corpos, desejos e subjetividades.

Essa perspectiva nos permite questionar o que nos parece mais evidente e natural em nossas práticas afetivas, desnaturalizando as "verdades" que sustentam o dispositivo monogâmico. Como nos lembra Foucault, "o poder do elefante está em fazer-nos esquecer que ele foi um dia colocado ali - e que poderia ser movido". Se a monogamia é uma construção histórica e discursiva, ela não constitui a única possibilidade de organização afetiva, embora se apresente como tal.

Este artigo não pretendeu condenar o sistema monogâmico ou propor alternativas a ele, mas sim contribuir para o preenchimento de uma lacuna nos estudos linguísticos/discursivos

sobre este tema, provocando uma reflexão crítica sobre como a monogamia funciona como um dispositivo de poder que regula e constitui nossas experiências afetivas. Buscamos, sobretudo, desnaturalizar o que nos parece natural, historicizar o que se apresenta como eterno, e politizar o que é tratado como mera questão de preferência individual.

A partir das análises realizadas, percebemos que as redes sociais não apenas refletem, mas também reforçam e perpetuam esses regimes de verdade sobre as relações amorosas. No entanto, é também nesse espaço de circulação discursiva que emergem possibilidades de resistência e reinvenção das práticas afetivas, a partir da problematização do que se apresenta como evidência inquestionável.

Se o elefante monogâmico parece pesado e difícil de mover, talvez seja precisamente por isso que precisamos continuar interrogando-o, não para necessariamente derrubá-lo, mas para compreender as condições de sua emergência e os efeitos de sua permanência. Como nos lembra Foucault, a crítica não consiste em dizer que as coisas não estão bem como estão; consiste em ver sobre quais tipos de evidências, de familiaridades, de modos de pensamento adquiridos e não refletidos repousam as práticas que aceitamos. É nesse sentido que este artigo busca contribuir para uma reflexão crítica sobre nossas práticas afetivas contemporâneas, não para condená-las, mas para compreendê-las em sua historicidade e contingência.

Referências

BARASH, D.; LIPTON, J. E. **O mito da monogamia**. Trad. Ryta Vinagre. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2022.

BUSS, D. M. **The evolution of desire: strategies of human mating**. New York: Basic Books, 1994.

CANDIOTTO, C. A emergência do homem de desejo: sobre o curso *Subjectivité et vérité*, de Michel Foucault. **Veritas**, Porto Alegre, v. 60, n. 2, p. 344-365, maio/ago. 2015. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-6746.2015.2.22032>

CHAVES, E. A invenção do “casal”: subjetividade, verdade e sexualidade. **Revista Ideação**, Feira de Santana, v. 23, n. 1, p. 14-30, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uefs.br/index.php/revistaideacao/article/view/7628/6347>. Acesso em: 02 maio 2024.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. Leandro Konder. 2. ed. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2016.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FISHER, H. E. **Anatomy of love: the natural history of monogamy, adultery, and divorce**. New York: W. W. Norton & Co. Inc., 1992.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **Subjetividade e verdade: curso no Collège de France (1980-1981)**. Trad. Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. 12. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2023a.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade III: o cuidado de si**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. 10. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2023b.

HRDY, S. B. **The woman that never evolved**. Cambridge: Harvard University Press, 1999. DOI: <https://doi.org/10.4159/9780674038875>

LINS, R. N. **Novas formas de amar: nada vai ser como antes: grandes transformações nos relacionamentos amorosos**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2017.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento?** Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

RYAN, C.; JETHA, C. **Sex at dawn: how we mate, why we stray, and what it means for modern relationships**. New York: HarperCollins, 2010.

TREAS, J.; GIESEN, D. Sexual infidelity among married and cohabiting americans. **Journal of Marriage and Family**, v. 62, n. 1, p. 48-60, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2000.00048.x>

VASALLO, B. **O desafio poliamoroso: por uma nova política dos afetos**. São Paulo: Elefante, 2022.

VEYNE, P. **História da vida privada: do império romano ao ano mil. O império Romano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Recebido em: 18 de fevereiro de 2025
Aceito em: 25 de junho de 2025